

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	161.062	55.650	210.725
Títulos a receber	6	674	6.276	106
Concessionárias	5	53.388	45.743	54.598
Impostos e contribuições sociais	8	13.652	8.258	21.643
Empréstimos a receber	10	21.729	56.323	56.323
Dividendos a receber	11	2.702	26.198	26.198
Prêmio de risco - GSF	12			2.750
Hendas a receber	7			5.188
Outros créditos	13	8	8	5.123
Total do Ativo Circulante	14	253.215	198.456	300.123
Não circulante				
Títulos a receber	6	9.972	11.443	3.407
Tributos diferidos	9	88.063	94.567	88.063
Empréstimos a receber	10	64.796	64.796	64.796
Prêmio de risco - GGF	12	5.777		5.879
Outros créditos	13	1.159	1.101	2.260
Investimentos	14	169.787	107.111	164.405
Imobilizado	15	1.276.027	1.349.949	1.404.469
Intangível	16	31	71	502.505
Total do Ativo Não circulante	16	1.276.075	1.349.741	1.704.818
Total do Ativo	16.999.057	1.655.308	2.169.046	2.138.810

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Controladora		Consolidado		
	Nota	2015	2014	2015	2014
Receitas	24	489.975	462.921	552.670	521.576
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	25	(182.876)	(225.201)	(185.033)	(228.403)
Custo do serviço de energia elétrica		(125.903)	(146.749)	(153.650)	(150.505)
Custo de operação		(56.973)	(78.452)	(31.383)	(77.908)
Total		154.296	90.971	313.987	242.668
Despesas e Receitas operacionais	25		659	674	
Despesas com vendas		(2.184)	(2.319)	(16.404)	(19.290)
Despesas gerais e administrativas		(28.767)	(28.763)	(29.160)	(29.165)
Despesas depreciação e amortização		(193.682)	(193.682)	(20.406)	(20.406)
Outras despesas e receitas operacionais		(30.951)	(50.373)	(58.101)	(68.187)
Resultado das participações societárias	14	50.764	67.548	67.548	67.548
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	26	174.169	106.146	255.886	174.481
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	23	23.361	13.901	29.310	18.057
Despesas financeiras		(87.844)	(88.221)	(117.747)	(85.415)
Total		(44.593)	(55.320)	(88.437)	(77.358)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		129.516	52.826	167.449	97.123
Imposto de renda e contribuição social correntes		(103.637)	(12.502)	(41.032)	(32.353)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.504)	(2.528)	(5.005)	(2.008)
Resultado líquido antes das partes beneficiárias	27	(26.879)	(15.030)	(46.337)	(34.343)
Partes beneficiárias	28	102.637	37.796	121.412	62.780
Resultado líquido do exercício		92.373	34.016	111.148	59.000
Atribuível aos acionistas controladores	23.2			92.373	34.016
Atribuível aos acionistas não controladores				18.775	24.984
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico e diluído por ação (realizações)					
ON		0,42354	0,15597	0,42354	0,15597
PNA		0,49927	0,18396	0,49927	0,18396
FMI		0,42354	0,15597	0,42354	0,15597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado		
	2015	2014	2015	2014	
Geração do valor adicionado	564.230	519.615	647.205	594.681	
Receita operacional	564.230	518.956	633.650	583.854	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			659	674	
Total			13.350	8.134	
Outras receitas			205	19	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(204.411)	(251.743)	(251.623)	(283.471)	
Custos da energia comprada	(158.628)	(205.022)	(159.451)	(207.320)	
Encargos de uso da rede elétrica	(42.391)	(43.134)	(43.354)	(44.655)	
Materiais	(10)	(11)	(5.578)	(6.079)	
Serviços de terceiros	(1.002)	(1.167)	(18.938)	(20.694)	
Outros custos operacionais	(2.382)	(2.419)	(32.222)	(50.131)	
Valor adicionado bruto	359.819	267.872	395.582	311.210	
Retenções					
Depreciação e amortização	(28.767)	(28.771)	(66.673)	(65.673)	
Valor adicionado líquido produzido	331.052	239.101	328.909	245.537	
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	24.024	13.901	30.209	18.057	
Resultado da equivalência patrimonial	50.764	67.548	67.548	67.548	
Valor adicionado total a distribuir	405.840	320.550	395.118	263.594	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoa					
Remuneração direta	529	712	8.601	8.762	
Benefícios	30	24	1.589	1.595	
FGTS	17	15	490	599	
Impostos, taxas e contribuições	66.312	51.341	108.336	93.909	
Federais			3	144	
Estaduais			3	144	
Municipais			1	7	
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	67.944	69.221	117.747	95.415	
Aluguéis	166.372	161.437	475	383	
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio	60.300	60.300	60.300	24.984	
Participações dos não controladores			18.775	8.079	
Partes beneficiárias	10.264	3.780	10.264	3.780	
Total	373.767	294.513	327.645	237.657	
Lucros retidos	32.073	25.937	32.073	25.937	
Total	405.840	320.550	395.118	263.594	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados		Total Controladora	Não controladores		Total Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		306.868		579.203		146.515		37		-	1.032.623		301.378	1.334.001
Dividendo adicional aprovado pela UHE Lajeado em 10/04/2014											(92.508)			(92.508)
Dividendos destinados a não controladores											(18.449)			(18.449)
Lucro líquido do exercício										34.016	34.016		24.984	59.000
Destinação do lucro														
Constituição de reserva legal										(1.701)	-			-
Reserva de retenção de lucros										24.236	-			-
Dividendos propostos										(24.236)	-			-
Outros resultados abrangentes										(8.079)	-			(8.079)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias										125		46		171
Saldos em 31 de dezembro de 2014		306.868		579.203		79.944		162		-	966.177		307.959	1.274.136
Saldos em 31 de dezembro de 2015		306.868		579.203		79.944		162		-	966.177		307.959	1.274.136
Dividendos destinados a não controladores														
Lucro líquido do exercício										92.373	92.373		307.959	1.274.136
Destinação do lucro														
Constituição de reserva legal										4.618	(4.618)			-
Dividendos Intermediários (JSCP)										(60.300)	(60.300)			(60.300)
Lucros retidos a deliberar										27.455	(27.455)			-
Outros resultados abrangentes														-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias										98	98	36		134
Saldos em 31 de dezembro de 2015		306.868		579.203		112.017		260		-	998.348		291.352	1.289.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

1 Contexto operacional
Lajeado Energia S.A. (Companhia ou Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outros empreendimentos, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.
A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2015, 72% do capital votante e 66,28% do capital total do Investido S.A. (Investido), sociedade de capital aberto que tem como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
1.1 Concessão
A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial contada em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogada, a partir da exclusão do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 160,5 MW, representando uma potência total instalada de 992,5 MW e assegurada de 692,3 MW.
A Investido é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,09% e a Investido, titular de 1%, portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investido, são as concessionárias da UHE Lajeado.
Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 017,46 MW e 2.877,660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.
No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e aprovados em auditoria da mesma.
A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.
Foi celebrado contrato entre a Companhia e as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o empreendimento é proporcionado à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como o Investido é titular exclusiva dos ativos que compõem

ATIVO	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	54.419	40.307	45.154	32.214
Impostos e contribuições sociais	8	25.525	11.978	34.514	21.856
Dividendos	11	151.239	169.929	161.969	181.266
Debitantes	18	6.483	5.401	6.483	5.401
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			7.920	10.078
Benefícios pós-emprego	20			38	45
Uso do bem público	21			4.268	4.268
Provedores	22			10.829	17.253
Outras contas a pagar	13	12.211	12.452	14.676	16.041
Total do Passivo Circulante	24	249.877	239.066	285.752	272.889
Não circulante					
Tributos diferidos	9			11.557	12.987
Outros créditos	18	448.216	447.600	448.216	447.600
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			74.265	72.468
Benefícios pós-emprego	20			606	584
Uso do bem público	21			43.845	40.775
Provedores	22			12.229	14.884
Outras contas a pagar	13	2.616	2.465	2.967	2.517
Total do Passivo Não circulante	25	450.832	450.065	593.594	591.815
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.1	306.868	306.868	306.868	306.868
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	23.3	112.017	79.944	112.017	79.944
Outros resultados abrangentes	23.4	260	162	260	162
Total do Patrimônio líquido	23.1	998.348	966.177	998.348	966.177
Participações não controladoras				291.352	307.959
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.999.057	1.655.308	2.169.046	2.138.810	2.138.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado			
	Nota	2015	2014	2015	2014	
Resultado líquido do exercício			92.373	34.016	111.148	59.000
Outros resultados abrangentes	23.4					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		98	125	134	171	
Total		92.471	34.141	111.282	59.171	
Resultado abrangente do exercício						
Total		92.4				

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.3 Encargos Setoriais		Saldo em 31/12/2014		Saldo em 31/12/2015		Saldo em 31/12/2014		Saldo em 31/12/2015		% Participação Direta	
Nota	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Investimentos	832.628	832.628	50.764	50.764	98	98	488.298	488.298	73	73	
Investivo	517.021	517.021	(28.723)	(28.723)			787.239	787.239			
Total	1.349.649	1.349.649	50.764	50.764	98	98	1.275.027	1.275.027	73	73	

14.1 Direito de Concessão

Refer-se à parcela controlada do ativo incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 31/999 e nº 36/999 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

O ativo é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível.

14.2 Participação direta do investimento

Empresa	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia		Passivos		Resultado líquido		
	Ordinárias	Ordinárias/Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ativos totais	(Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido	Recursos do exercício	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	
Quotas	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Integralizado	votante	Integralizado	votante	2015	2014
293.608	197.007	293.608	197.007	62,39	73,00	62,39	73,00	1.300.808	1.362.856

15.1 Imobilizado

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

15.1 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e funcionamento necessários para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos nº 59 e 64 do Decreto nº 41.010/97, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 387, de 2 de junho de 2009, atualizada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aprimorar o controle patrimonial através de alterações nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudessem alcançar as novas tecnologias utilizadas pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar de a tabela contendo as taxas de depreciação fazer parte do MCPSE, a referida regulamentação não trouxe a revisão das vidas úteis, dada a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº 21/2015 - SP/ANEEL, de 31 de julho de 2015.

No final da concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados à concessão serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente.

15.1 Composição do Imobilizado

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

Imobilizado em serviço

Administração

Móveis e utensílios

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Total do Imobilizado tangível

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

Imobilizado em serviço

Administração

Móveis e utensílios

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Total do Imobilizado tangível

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

Imobilizado em serviço

Administração

Móveis e utensílios

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Total do Imobilizado tangível

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

Imobilizado em serviço

Administração

Móveis e utensílios

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Total do Imobilizado tangível

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

Imobilizado em serviço

Administração

Móveis e utensílios

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Total do Imobilizado tangível

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

Imobilizado em serviço

Administração

Móveis e utensílios

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Total do Imobilizado tangível

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

Imobilizado em serviço

Administração

Móveis e utensílios

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Total do Imobilizado tangível

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico	depreciação %	histórico
6,25	58	(41)	17	6,25	58	(37)	21					
58	(41)	17	58	(37)	21							
58	(41)	17	58	(37)	21							

Imobilizado em serviço

Administração

Móveis e utensílios

Veículos

Móveis e utensílios

Total do Imobilizado em serviço

Total do Imobilizado tangível

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Debênturas

18.1 Composição do saldo de Debênturas

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado														
										Garantias	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Encargos	Principal	Total							
Pentagono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	45.000	10	450.000	25/11/2013	a 25/11/2019	emissão em capital social ocorrida a 25/11/2019	emissão em capital social ocorrida em 03/05/2013	Pagamento aos acionistas a título de reembolso das ações decorrente de redução de dívida decorrente de redução de dívida decorrente de redução de dívida decorrente de redução de dívida	Princípio anual a partir de outubro/2017 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	6.483	450.000	456.483	5.401	450.000	455.401							
																		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Encargos	Principal	Total
(3) Custos de emissão								(3.118)																
Total												6.483	448.216	454.699	5.401	447.600	453.001							

As debênturas, não conversíveis em ações, estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

18.2 Mutação das debênturas no exercício

	Controladora e Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação em 31/12/2015
Circulante					
Juros	5.401	(62.237)	63.319	(616)	616
Custo de transação	5.401	(62.237)	63.319	(616)	616
Não circulante					
Principal	450.000	-	-	-	-
Custo de transação	(2.400)	-	-	-	-
Total	447.600			616	448.216

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2014	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2015
Circulante					
Uso do bem público	4.235	(12)	171	(4.001)	3.875
Juros	4.235	(12)	171	(4.001)	3.875
Não circulante					
Uso do bem público	40.775	(72)	7.017	(3.875)	43.845
Juros	40.775	(72)	7.017	(3.875)	43.845

22 Provisões

	Consolidado			
	Provisões	Circulante	Não circulante	Total
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	22,1	10,162	8,588	30,750
Licenças ambientais	22,2	10,829	1,723	24,752
Total	44,3	20,991	10,311	31,302

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões civis, fiscais e trabalhistas

A Investivo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desdobramento que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os meses de curso, como segue:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2015
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	22,1	10,162	8,588	30,750
Licenças ambientais	22,2	10,829	1,723	24,752
Total	44,3	20,991	10,311	31,302

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.2 Licenças ambientais

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou às adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a manutenção da qualidade ambiental das unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

22.2.1 Licenças ambientais

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou às adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a manutenção da qualidade ambiental das unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

22.2.1.1 Licenças ambientais

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou às adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a manutenção da qualidade ambiental das unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

22.2.1.2 Risco de perda provável

Existem processos de natureza trabalhista, civil e fiscal em andamento, cujo perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2014
Trabalhistas	80	372	(135)	(100)	18	235	461	363
Cíveis	7.008	17	(254)	-	1.656	8.427	31	30
Outros	1.500	-	-	-	1.500	-	-	-
Total	8.588	389	(389)	(100)	1.674	10.162	492	393

22.2.1.2.1 Risco de perda provável

Existem processos de natureza trabalhista, civil e fiscal em andamento, cujo perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2014
Trabalhistas	16.898	13.504	-	-	203	513	52	84
Cíveis	92.876	88.763	1.159	1.101	95.723	91.154	1.164	1.106
Total	109.774	102.267	1.159	1.101	225.548	198.590	1.216	1.190

23 Patrimônio líquido

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$306.868. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não são direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social. A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está demonstrada a seguir:

	31/12/2015				31/12/2014			
	Quantidade de ações	% Participação	Quantidade de ações	% Participação	Quantidade de ações	% Participação	Quantidade de ações	% Participação
EDP - Energias do Brasil	113.690.035	100,00%	-	-	-	-	113.690.035	55,86%
Goveto do Estado de Tocantins	-	-	8.278.231	100,00%	8.278.231	100,00%	8.278.231	40,7%
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	-	-	81.549.616	100,00%	81.549.616	100,00%	81.549.616	40,07%
Total	113.690.035	100,00%	81.549.616	100,00%	8.278.231	100,00%	203.517.882	100,00%

23.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, Incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigos 34 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% serão aplicados, antes de qualquer outro destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta de órgãos de Administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- se destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais 25% dos lucros líquidos;
- uma parcela, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- o exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta de órgãos de Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros e Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

O lucro líquido apurado no exercício Constitui-se do lucro líquido antes de impostos e despesas financeiras líquidas de provisões para encargos de longo prazo. O lucro líquido apurado no exercício constitui-se do lucro líquido antes de impostos e despesas financeiras líquidas de provisões para encargos de longo prazo. O lucro líquido apurado no exercício constitui-se do lucro líquido antes de impostos e despesas financeiras líquidas de provisões para encargos de longo prazo. O lucro líquido apurado no exercício constitui-se do lucro líquido antes de impostos e despesas financeiras líquidas de provisões para encargos de longo prazo.

20 Benefícios pós-emprego

20.1 Investivo

A Investivo mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e benefício definido de Assistência médica decorrente da Lei nº 8.656/98. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 35 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit atuarial utilizando a taxa de desconto do plano vigente. A obrigação dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Assistência médica - Lei nº 8.656/98	3	37	505	584
Contribuição definida	39	45	505	584

20.1.1 Assistência médica Lei nº 8.656/98: Benefício definido
De acordo com a Lei nº 8.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um período determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investivo de abril de 2005 até dezembro de 2011 atende a essa condição. A avaliação atuarial realizada no data-base 31 de dezembro de 2015 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passado no exercício:

	Valor presente das obrigações do plano	
	2015	2014
Saldo inicial reconhecido	(621)	(727)
Custo do serviço corrente	(43)	(69)
Custo dos juros	(74)	(96)
Ganhos/perdas atuariais reconhecidos no PL	203	261
Saldo final reconhecido	(535)	(621)

20.1.2 Contribuição definida
A Investivo oferece 2 planos de contribuição definida: (i) Plano administrado pela Eneprev, sendo que os colaboradores realizam contribuições básicas de até 5% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. Os colaboradores também podem optar pela contribuição voluntária de até 5% do salário mensal, sem e aporte da patrocinadora. (ii) Plano Gestor de Benefício Livre (PGBL) aberto e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência sendo que o colaborador pode contribuir com até 2% do salário mensal, e a Investivo aporta 100% desse valor como contribuição normal. O participante também pode optar pela contribuição voluntária de até 2% do salário mensal, sem aporte da patrocinadora. Para ambos os planos a adesão não é obrigatória e, caso haja interesse, o colaborador deve se manifestar. Adicionalmente estes planos não geram qualquer responsabilidade atuarial para a Investivo. Na qualidade de patrocinadora, a Investivo contribuiu no exercício com R\$195 (R\$148 em 31 de dezembro de 2014). Esses planos em 31 de dezembro de 2015 têm a adesão de 41 colaboradores (39 em 31 de dezembro de 2014).

21 Uso do bem público - UBP

O valor justo total da obrigação relacionada com o uso do bem público (Nota 1.1.1) da controlada Investivo até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo intangível (Nota 1.6) no momento inicial de reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do Bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Investivo na data da assinatura do contrato de concessão. No exercício de 2015, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Table 23.3 Reservas. Columns: Nota, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Reservas de capital, Partes beneficiárias, Ágio na incorporação de sociedade controladora, Reservas de lucros (Legal, Retenção de lucros, Lucros retidos a deliberar).

23.3.1 Partes beneficiárias: A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferido aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafo 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias. O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com o item 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item A026 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

23.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora: O valor do ágio líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827,70 foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 16.1.3).

23.3.3 Retenção de lucros: A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

23.4 Outros resultados abrangentes: Referem-se a contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investivo, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social deferidos. A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

Table showing movement of Other comprehensive income. Columns: Saldo em 31/12/2014, Equivalência patrimonial, Saldo em 31/12/2015. Rows: Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias.

24 Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (I) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UEH Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, e (II) O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

Table with 4 main columns: MWb (€) 2015, MWb (€) 2014, RS, RS. Rows: Suprimento de energia elétrica, Energia de curto prazo, Arrendamentos e alugueis, Outras receitas operacionais, Receita operacional bruta, Deduções à receita operacional, Tributos sobre a receita, PIS/COFINS, Encargos do consumidor, PAD, Outros encargos, Recargas, etc.

25 Gastos operacionais: Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (I) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (II) com base na associação direta da receita; e (III) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

Table 25.1 Classificação dos instrumentos financeiros. Columns: 2015, 2014. Rows: Custo do serviço, Despesas Operacionais, elétrica operação vendas administrativas Outras, Total, Total. Rows include Não gerenciais, Gerenciais, Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, etc.

Table 25.2 Mensuração o valor justo de instrumentos financeiros. Columns: 31/12/2015, 31/12/2014, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Ativos financeiros, Valor justo por meio do resultado, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras - renda fixa, Empréstimos e recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa, Bancos conta movimento, Títulos a receber, Concessionárias, Empréstimos a receber, Passivos Financeiros, Outros ao custo amortizado, Fornecedores, Debêntures, Outras contas a pagar - Partes relacionadas.

Table 26 Resultado financeiro. Columns: Controladora, Consolidado, 2015, 2014. Rows: Receitas financeiras, Renda de aplicações financeiras e cauções, Atualização monetária depósitos judiciais, Atualização monetária contratos de médio prazo e multa sobre impostos, Ajuda à valor presente, Remuneração das ações preferenciais, (-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras, Outras receitas financeiras, Despesas financeiras, Juros e multa sobre impostos, Encargos de dívidas, Variações monetárias moeda nacional, Provisões e atualizações monetárias civis, fiscais, trabalhistas e outros, Ajuste a valor presente, Atualização Monetária Uso do bem público, Benefícios pós-emprego, Outras despesas financeiras.

27 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o lucro ajustado que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

Table showing financial metrics. Columns: Controladora, Consolidado, 2015, 2014. Rows: Lucro antes do IRPJ e CSLL, Alíquota, IRPJ e CSLL, Ajustes para refletir a alíquota efetiva, Doações, Perdas indelutáveis, Resultados de equivalência patrimonial, Juros sobre o capital próprio, Outras, Outros, Ajustes na DPU referente exercício social anterior, Outras, Despesa de IRPJ e CSLL, Alíquota efetiva.

28 Resultado por ação: O resultado básico por ação consolidado é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferências da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluente ou antidilutivo sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Table showing Resultado por classe de ações (sem ajustes) and Resultado por ação. Columns: Consolidado, 2015, 2014. Rows: Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações, Ordinárias (ON), Preferências Classe "A" (PNA), Preferências Classe "B" (PNB), Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (ml), Ordinárias (ON), Preferências Classe "A" (PNA), Preferências Classe "B" (PNB), Resultado básico e diluído por ação (reais/ações), Ordinárias (ON), Preferências Classe "A" (PNA), Preferências Classe "B" (PNB), Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41.

Table showing Resultado por classe de ações (sem ajustes) and Adjustes. Columns: Ajustes, Resultado por classe de ações. Rows: Ordinárias (ON), Preferências Classe "A" (PNA), Preferências Classe "B" (PNB).

Table showing Resultado por classe de ações (sem ajustes) and Adjustes. Columns: Ajustes, Resultado por classe de ações. Rows: Ordinárias (ON), Preferências Classe "A" (PNA), Preferências Classe "B" (PNB).

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos: A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciais nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP A Companhia e sua controlada não eletuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As atividades e controles internos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Esta política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A base para aceitar em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros: Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo: • Instrumentos financeiros em valor justo por meio do resultado: Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e sua controlada. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis reconhecidos nos resultados quando incorridos. • Empréstimos e recebíveis: São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Outros ao custo amortizado: São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Table showing classification of financial instruments. Columns: Controladora, 31/12/2015, 31/12/2014, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Ativos financeiros, Valor justo por meio do resultado, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras - renda fixa, Empréstimos e recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa, Bancos conta movimento, Títulos a receber, Concessionárias, Empréstimos a receber, Passivos Financeiros, Outros ao custo amortizado, Fornecedores, Debêntures, Outras contas a pagar - Partes relacionadas.

Table showing classification of financial instruments. Columns: Controladora, 31/12/2015, 31/12/2014, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows: Ativos financeiros, Valor justo por meio do resultado, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras - renda fixa, Empréstimos e recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa, Bancos conta movimento, Títulos a receber, Concessionárias, Empréstimos a receber, Passivos Financeiros, Outros ao custo amortizado, Fornecedores, Debêntures, Outras contas a pagar - Partes relacionadas.

29.1.2 Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Alguns operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI livre divulgado pela BNM/Fbovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro: (i) Títulos a receber: são constituídos por Contratos de Cesão de Crédito celebrados com as empresas Tangara Energia S.A. e Rede Energia S.A. Também encontram-se registrados nesta rubrica as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da Investco. As características de ambos instrumentos financeiros estão destacadas na nota 6; (ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M Incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de mercado de capitais de empréstimos financeiros em principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. (iii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação e leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de recebimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

29.1.3 Mensuração o valor justo de instrumentos financeiros: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo reflete a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto interno à Companhia e sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para a valorização dos instrumentos da Companhia e sua controlada: (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidos indiretamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. O valor justo é determinado pela segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada classificados com valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado parâmetros similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estratificados levando em consideração prazos, valores, câmbio, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil a comparação com instrumentos operacionais mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e sua controlada, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de risco financeiros. As Debêntures mobiliárias pela Companhia apresentados na nota 18, possui como contraparte o agente fiduciário Pentagono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a Usinas e Concessionárias. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a Usinas e Concessionárias. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposição à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Títulos a receber, Lido do bem público e Debêntures diferem do seu valor contábil.

29.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento aos Ofícios-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3199, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2111 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia e sua controlada efetuam avaliação de seus instrumentos financeiros. As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e sua controlada. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e sua controlada em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foram considerados cenários dos indicadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Controladora				
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	367		367	572	184
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	22.948		22.948	5.737	11.474
Instrumentos financeiros ativos	CDI	23.315	-	23.315	5.829	11.658
Debêntures	CDI	(71.879)	(140.465)	(212.344)	(46.948)	(93.132)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(71.879)	(140.465)	(212.344)	(46.948)	(93.132)
		(48.564)	(140.465)	(189.029)	(41.119)	(81.474)

Operação	Risco	Consolidado				
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.716		3.716	929	1.859
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	22.948		22.948	5.737	11.474
Instrumentos financeiros ativos	CDI	26.664	-	26.664	6.666	13.333
Debêntures	CDI	(71.879)	(140.465)	(212.344)	(46.948)	(93.132)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(71.879)	(140.465)	(212.344)	(46.948)	(93.132)
		(45.215)	(140.465)	(185.680)	(40.282)	(79.799)

A curva futura do indicador financeiro CDI, está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada. O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 10,75% e 15,75% a.a.

29.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 18 e 19.

A Administração da Companhia e sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características dos compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2015, têm em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 31.

A energia vendida pela Companhia e sua controlada depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a UHE Luiz Eduardo Magalhães e para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 25% de energia hidrológica remanescente para a Conta Centralizadora de Benefícios Tarifários - CCRTB mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resultou-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRTB ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia e sua controlada utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e sua controlada esperam liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	Controladora					
	31/12/2015					31/12/2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	20.321	33.935	163		54.419	40.307
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			240	240	240	25
Debêntures		6.483	448.216	454.699	453.001	
	20.321	33.935	6.646	448.456	- 509.358	493.333

Passivos financeiros	Consolidado					
	31/12/2015					31/12/2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	21.835	21.668	1.651		45.154	32.214
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			591	591	591	77
Debêntures		6.483	448.216	454.699	453.001	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			7.920	11.938	62.327	82.185
Use do bem público	333	1.094	2.841	14.986	28.859	48.113
	22.168	22.762	18.895	475.731	91.186	630.742

29.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impõe nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desdobramento imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidas. A relação dos covenants por contrato aparece descrita individualmente na nota 18. Em 31 de dezembro de 2015 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não cumpria um de seus covenants, para o qual obteve waiver para descumprimento em AGD em 10 de dezembro de 2014.

Além do controle de covenants atrelado ao fluxo de liquidez, existem garantias contratuadas (Nota 31.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuadas são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a Juros futuros, consequentemente, não contabilizados, e encontram-se demonstrados na nota 31.1.

29.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as condições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advinda da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de risco moderado em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

30 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. No exercício, a Companhia constituiu Dividendos e JSCP a receber no montante de R\$21.729 e Dividendos e JSCP a pagar no valor de R\$51.255. No Consolidado foi constituído Dividendos e JSCP a pagar no montante de R\$61.985 e provisão para custos com a licença ambiental no imobilizado e intangível no montante de R\$7.251. Todas estas atividades não envolveram movimentação de caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

31 Compromissos contratuais e Garantias

31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o curso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

Operação	Risco	Controladora				
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	367		367	572	184
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	22.948		22.948	5.737	11.474
Instrumentos financeiros ativos	CDI	23.315	-	23.315	5.829	11.658
Debêntures	CDI	(71.879)	(140.465)	(212.344)	(46.948)	(93.132)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(71.879)	(140.465)	(212.344)	(46.948)	(93.132)
		(48.564)	(140.465)	(189.029)	(41.119)	(81.474)

Operação	Risco	Consolidado				
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.716		3.716	929	1.859
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	22.948		22.948	5.737	11.474
Instrumentos financeiros ativos	CDI	26.664	-	26.664	6.666	13.333
Debêntures	CDI	(71.879)	(140.465)	(212.344)	(46.948)	(93.132)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(71.879)	(140.465)	(212.344)	(46.948)	(93.132)
		(45.215)	(140.465)	(185.680)	(40.282)	(79.799)

Operação	Controladora					
	31/12/2015					31/12/2014
	2016	a 2018	a 2020	de 2021	Genral	Total
Responsabilidades com locações operacionais	160.259	271.372	221.693	672.152	1.325.476	1.384.789
Obrigações de compra						
Comercialização de energia				20.127	38.780	18.384
Materiais e serviços				3.688	2.142	5.830
Prêmio de risco - GSF				27.316		(5.737)
Juros vencidos de empréstimos, financiamentos e debêntures				71.879	104.838	17.388
	283.269	417.132	257.465	686.248	1.644.114	1.583.059

Operação	Consolidado					
	31/12/2015					31/12/2014
	2016	a 2018	a 2020	de 2021	Genral	Total
Responsabilidades com locações operacionais	168.323	336.646	336.646	2.019.879	2.861.494	3.017.500
Obrigações de compra						
Comercialização de energia				20.127	38.780	18.384
Materiais e serviços				25.316	20.208	435
Prêmio de risco - GSF				27.801		14.346
Juros vencidos de empréstimos, financiamentos e debêntures				71.879	104.838	17.388
	145.382	163.963	36.207	15.333	360.885	229.474

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

Operação	Controladora					
	31/12/2015					31/12/2014
	2016	a 2018	a 2020	de 2021	Genral	Total
Responsabilidades com locações operacionais	168.323	336.646	336.646	2.019.879	2.861.494	3.017.500
Obrigações de compra						
Comercialização de energia				20.127	38.780	18.384
Materiais e serviços				25.316	20.208	435
Prêmio de risco - GSF				27.801		14.346
Juros vencidos de empréstimos, financiamentos e debêntures				71.879	104.838	17.388
	145.382	163.963	36.207	15.333	360.885	229.474

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

Passivos financeiros	Controladora					
	31/12/2015					31/12/2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	20.321	33.935	163		54.419	40.307
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			240	240	240	25
Debêntures		6.483	448.216	454.699	453.001	
	20.321	33.935	6.646	448.456	- 509.358	493.333

Passivos financeiros	Consolidado					
	31/12/2015					31/12/2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	21.835	21.668	1.651		45.154	32.214
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			591	591	591	77
Debêntures		6.483	448.216	454.699	453.001	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			7.920	11.938	62.327	82.185
Use do bem público	333	1.094	2.841	14.986	28.859	48.113
	22.168	22.762	18.895	475.731	91.186	630.742

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

31.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora			Consolidado		
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	
		Valor em risco	Indenização	Valor em risco	Valor em risco	Indenização	
Ativo de acionista	Seguro de vida			8.068		8.348	
Fiança bancária	Ações judiciais	285	285	920		920	
Fiança corporativa	Debêntures	456.483	455.401	456.483		455.401	
Recebíveis	Compra de energia			20.293		20.943	
	Outros	3.620	3.596	3.670		4.381	
Notas promissórias	Outros	3.513	10.643	3.513		10.643	
Seguro garantia	Ações judiciais	162	162	162		162	
		464.083	470.107	493.129		500.818	